

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 40 (quarenta) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Conhecimentos de Informática		Conhecimentos Específicos	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 14	2	15 a 20	2	21 a 40	3

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

- 02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.
- 03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a sequência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea "a" do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.
- 04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.
- 05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 06- Na Prova Objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.
- 07- Na Folha de Respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.
- 08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou da rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo, etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.
- 09- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.
- 10- Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva, conforme previsto na alínea "d" do item 9.18 do edital. Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova, conforme previsto na alínea "c" do item 9.18 do edital.
- 11- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:
- Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
  - Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e/ou a Folha de Resposta**.
- 12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS**.
- 13- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões da Prova Objetiva, a Folha de Respostas da Prova Objetiva, conforme disposto na alínea "e" do item 9.18 do edital, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

**"Não tenhamos pressa. Mas não percamos tempo."  
(José Saramago)**

## ♦ Língua Portuguesa ♦

**Instruções:** Para responder às questões 1 a 5, considere os seguintes parágrafos, que iniciam o livro “O Ócio Criativo”, de Domenico de Masi:

Eu me limito a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo será, e em parte já é, dedicada a outra coisa. Esta é uma observação empírica, como a que foi feita pelo sociólogo americano Daniel Bell quando, em 1956, nos Estados Unidos, ao constatar que o número de “colarinhos brancos” ultrapassava o de operários, advertiu: “Que poder operário que nada! A sociedade caminha em direção à predominância do setor de serviços.” Aquela ultrapassagem foi registrada por Bell. Ele não a adivinhou ou profetizou. Da mesma maneira, eu me limito a registrar que estamos caminhando em direção a uma sociedade fundada não mais no trabalho, mas no tempo vago.

Além disso, sempre com base nas estatísticas, constato que, tanto no tempo em que se trabalha quanto no tempo vago, nós, seres humanos, fazemos hoje sempre menos coisas com as mãos e sempre mais coisas com o cérebro, ao contrário do que acontecia até agora, por milhões de anos.

Questão 01

Para concatenar suas ideias, ao autor iniciou o segundo parágrafo com a locução “além disso”. Essa expressão poderia ser substituída, sem prejuízo para o texto, por

- A) Em contrapartida.
- B) Ademais.
- C) Por outro lado.
- D) Por conseguinte.
- E) Não obstante

Questão 02

As frases de Daniel Bell foram transcritas entre aspas e precedidas do verbo “advertir” e do sinal de dois pontos. Chama-se a esse recurso “discurso direto”. Na transposição para o discurso indireto, algumas adaptações precisam ser feitas. Nesse caso, como a primeira frase a ser transcrita (“Que poder operário que nada!”) é exclamativa, a melhor solução é fazer uma paráfrase, como na seguinte alternativa:

- A) Daniel Bell advertiu que falar em poder operário era uma coisa superada.
- B) Daniel Bell advertiu que o poder operário era uma criação da sociedade.
- C) Daniel Bell advertiu que não gostava muito de falar de poder operário.
- D) Daniel Bell advertiu que o poder operário vivia uma crise de consumo.
- E) Daniel Bell advertiu que nunca houve um poder operário de fato.

Questão 03

Ao repetir que se baseia em estatísticas, De Masi emprega um recurso argumentativo que tem por finalidade

- A) validar o conteúdo opinativo e subjetivo de suas afirmações.
- B) caracterizar o valor dos números e índices na sociedade moderna.
- C) destacar a impessoalidade de suas previsões e vaticínios.
- D) enfatizar a necessidade de todos se preocuparem com a realidade.
- E) convencer o leitor de que nem todas as estatísticas são negativas.

Questão 04

O acento indicativo de crase empregado em “A sociedade caminha em direção à predominância do setor de serviços” está corretamente mantido na seguinte reescritura do trecho:

- A) Caminhamos em direção à uma vida ociosa e criativa.
- B) Caminhamos buscando à predominância do ócio criativo.
- C) Caminhamos objetivando à criatividade e à vida ociosa.
- D) Caminhamos em direção à criatividade e à suas benesses.
- E) Caminhamos em direção à ociosidade e à criatividade.

Questão 05

Observe o período inicial do texto: “Eu me limito a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo será, e em parte já é, dedicada a outra coisa.”

Reescrevendo-o de modo a alterar o tempo presente do enunciado, como se as considerações de De Masi dissessem respeito a uma época passada, o resultado que mantém coerência com o trecho original está transcrito na seguinte alternativa:

- A) Eu me limitava a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partíamos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estávamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo seria, e em parte já era, dedicada a outra coisa.
- B) Eu me limitei a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas estava dedicada ao trabalho, estaríamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo era, e em parte já havia sido, dedicada a outra coisa.
- C) Eu me limitara a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partíamos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas fora dedicada ao trabalho, estivéramos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo fora, e em parte já houvera sido, dedicada a outra coisa.
- D) Eu me limitaria a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partiríamos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas seria dedicada ao trabalho, estaríamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo seria, e em parte já teria sido, dedicada a outra coisa.
- E) Eu, se me limitasse a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas fosse dedicada ao trabalho, estaríamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo seria, e em parte já havia sido, dedicada a outra coisa.

**Instruções:** Para responder às questões 6 a 10, considere o poema “Vaidade”, de Florbela Espanca:

Sonho que sou a Poetisa eleita,  
Aquele que diz tudo e tudo sabe,  
Que tem a inspiração pura e perfeita,  
Que reúne num verso a imensidade!

Sonho que um verso meu tem claridade  
Para encher todo o mundo! E que deleita  
Mesmo aqueles que morrem de saudade!  
Mesmo os de alma profunda e insatisfeita!

Sonho que sou Alguém cá neste mundo...  
Aquele de saber vasto e profundo,  
Aos pés de quem a terra anda curvada!

E quando mais no céu eu vou sonhando,  
E quando mais no alto ando voando,  
Acordo do meu sonho...

E não sou nada!...

Questão 06

No primeiro verso do poema, encontramos o eu poético feminino afirmando seu sonho de ser “a Poetisa eleita”. Outro de seus sonhos é que

- A) sua inspiração lhe diga tudo o que sabe.
- B) seus versos encham todo o mundo.
- C) a terra ande curvada aos seus pés.
- D) a imensidade lhe seja pura e perfeita.
- E) a claridade de seus versos deleite os mortos.

Questão 07

Na primeira estrofe do poema há seis verbos, todos empregados no presente do indicativo. Qual a única afirmação correta a respeito desses verbos?

- A) Todos eles são irregulares ou anômalos.
- B) Apenas um deles pertence à terceira conjugação.
- C) Todos indicam uma projeção para o futuro.
- D) Nenhum deles pertence à primeira conjugação.
- E) Todos eles representam uma verdade permanente.

Questão 08

Sobre as rimas que ocorrem nas duas primeiras estrofes do poema, é correto afirmar que elas são feitas

- A) entre verbos no gerúndio e substantivos concretos.
- B) em posição interna e externa nos oito versos.
- C) com palavras paroxítonas terminadas em vogal átona.
- D) sem simetria apenas na primeira estrofe.
- E) de modo aleatório, com pouca regularidade.

Questão 09

O último terceto do poema mostra uma repetição de estruturas sintáticas que

- A) constroem uma gradação necessária para que se desfaça a atmosfera de sonho e o eu poético possa afirmar sua fragilidade.
- B) reforçam a ideia de distanciamento do sonho diante da realidade, mas sustentam a valorização do eu poético.
- C) atuam expressivamente para negar a inadequação do eu poético diante da atmosfera de sonho de sua realidade.
- D) valorizam o aspecto atemporal do sonho sem comprometer a observação concreta da instabilidade do eu poético.
- E) enfatizam o idealismo utópico do eu poético em suas reflexões sobre o desejo de sonhar e o sonho de desejar.

Questão 10

São palavras formadas pelo mesmo processo morfológico:

- A) imensidade – insatisfeita – curvada.
- B) perfeita – saudade – deleita.
- C) voando – profundo – sonhando.
- D) encher – morrem – acordo.
- E) poetisa – inspiração – claridade.

Questão 11

Qual dos provérbios abaixo está acompanhado da correta identificação de dígrafos e encontros consonantais?

- A) Quem semeia vento colhe tempestade – quatro dígrafos e dois encontros consonantais.
- B) Mais vale um pássaro na mão do que dois voando – quatro dígrafos e nenhum encontro consonantal.
- C) Em terra de sapo, mosquito não dá rasante – três dígrafos e dois encontros consonantais.
- D) Farinha pouca, meu pirão primeiro – dois dígrafos e um encontro consonantal.
- E) Quanto mais eu rezo, mais assombração me aparece – quatro dígrafos e dois encontros consonantais.

Questão 12



A charge “Inclusão Digital” procura alcançar um efeito de humor colocando em destaque

- A) a homonímia entre palavras ambíguas.
- B) os desvios ortográficos do enunciado.
- C) a adaptação dos estrangeirismos.
- D) a oposição semântica de duas preposições.
- E) a religiosidade e o tecnicismo.

Questão 13

A chamada publicitária estampada num jornal dizia:

VAI FICAR SÓ OLHANDO?  
APROVEITE LOGO ESTAS OFERTAS!

Os verbos que iniciam as duas frases

- A) destoam na flexão, pois apenas o verbo aproveitar está na terceira do singular.
- B) destoam na flexão, pois apenas o verbo aproveitar está na segunda do singular.
- C) estão conjugados no imperativo e se dirigem ao interlocutor da mensagem.
- D) estão flexionados corretamente na segunda pessoa do singular.
- E) estão flexionados corretamente na terceira pessoa do singular.

Questão 14

Duas placas colocadas na entrada de uma galeria oferecem empregos. Elas dizem:

**PRECISAM-SE DE COSTUREIRAS**

**CONTRATAM-SE COZINHEIROS**

Levando em conta o que é recomendado pelo uso prestigiado na linguagem padrão, podemos afirmar que

- A) apenas a primeira frase está correta, pois o verbo “precisar” tem sujeito indeterminado.
- B) as duas frases estão corretas, já que ambas têm sujeito indeterminado e pronome reflexivo.
- C) apenas a segunda frase está correta, pois o verbo “contratar” concorda com o sujeito “cozinheiros”.
- D) as duas frases estão incorretas, pois a indeterminação deixa o verbo na terceira pessoa do singular.
- E) as duas frases estão incorretas, pois a indeterminação deixa o verbo na terceira pessoa do plural.

◆ **Conhecimentos de Informática** ◆Questão 15

No sistema operacional Microsoft Windows, qual o efeito da combinação de teclas Ctrl+Z , isto é, pressionar a tecla Ctrl juntamente com a tecla Z?

- A) Abrir.
- B) Copiar.
- C) Recortar.
- D) Desfazer.
- E) Fechar.

Questão 16

Ao salvar um arquivo no processador de texto BROffice Writer, qual alternativa representa um formato (extensão de arquivo) que NÃO É SUPORTADO pelo programa?

- A) .doc
- B) .zip
- C) .rtf
- D) .txt
- E) .xml

Questão 17

Ao formatar um parágrafo usando o processador de texto Microsoft Word, como fica o texto com alinhamento justificado?

- A) Alinhado, em relação às margens direita e esquerda.
- B) Centralizado, em relação às margens direita e esquerda.
- C) Alinhado, em relação à margem esquerda, e desalinhado em relação à margem direita.
- D) Alinhado, em relação à margem direita, e desalinhado, em relação à margem esquerda.
- E) Desalinhado, em relação às margens direita e esquerda.

Questão 18

Seja uma planilha eletrônica, como por exemplo Microsoft Excel ou BROffice Calc, com as células contendo, respectivamente, os seguintes valores numéricos: A1=1, A2=2, A3=3, B1=4, B2=5, B3=6. Que valor seria calculado na célula A4 se ela contivesse a fórmula =SOMA(A1:B2)-SOMA(A3-B3)?

- A) 21.
- B) 3.
- C) 15.
- D) 9.
- E) -3.

Questão 19

Programas de correio eletrônico, como o Microsoft Outlook ou Mozilla Thunderbird, utilizam protocolos de comunicação. Dentre esses, o protocolo SMTP é utilizado para

- A) envio de mensagens.
- B) recebimento de mensagens.
- C) filtro de mensagens indesejadas (SPAM).
- D) transferência de arquivos.
- E) armazenamento de endereços eletrônicos.

Questão 20

Nos programas de navegação na Internet, como o Microsoft Internet Explorer ou Mozilla Firefox, que tecla, quando pressionada, tem o efeito de parar o carregamento de uma página?

- A) Enter.
- B) F4.
- C) End.
- D) Delete.
- E) Esc.

**◆ Conhecimentos Específicos ◆**Questão 21

A empresa Baunarte S/A é titular de 3 registros marcários, relativos à marca “Bauação”, para a classe de serviços de arquitetura. Em 15 de maio de 2009, cedeu à mencionada empresa dois registros, relativos à marca “Bauação”, a Sociedade Artística Intelectual, permanecendo com um dos registros (marca nominativa: Bauação). Em função desse fato, cancelou o INPI a marca remanescente, ou seja aquela que não foi objeto da cessão. Insatisfeita com este ato administrativo, recorreu a empresa Baunarte S/A, alegando que o cancelamento violou direito seu, haja vista que a marca cancelada havia sido concedida em 15 maio de 2004 e, portanto, não poderia ter sido cancelada administrativamente. Em função dos fatos narrados, é correto afirmar que a cessão de marcas

- A) não deverá compreender todos os registros ou pedidos, em nome do cedente, de marcas iguais ou semelhantes, relativas a produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, sob pena de cancelamento administrativo dos registros não cedidos, na falta de um acordo de convivência.
- B) deverá compreender todos os registros ou pedidos, em nome do cedente, de marcas iguais ou semelhantes, relativas a produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, sob pena de cancelamento administrativo dos registros não cedidos.
- C) deverá compreender todos os registros ou pedidos, em nome do cedente, de marcas iguais ou semelhantes, relativas a produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, sob pena de cancelamento judicial dos registros não cedidos.
- D) não deverá compreender todos os registros ou pedidos, em nome do cedente, de marcas iguais ou semelhantes, relativas a produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, sob pena de cancelamento judicial dos registros não cedidos, na falta de um acordo de convivência.
- E) deverá compreender todos os registros ou pedidos, em nome do cedente, de marcas iguais ou semelhantes, relativas a produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, sob pena de cancelamento administrativo dos registros não cedidos, desde que respeitado o prazo fixado em Lei para o processo administrativo de nulidade.

Questão 22

Com relação ao prazo, estipulado pela Lei nº 9279/96, para a instauração de um processo administrativo de nulidade de patente, é correto afirmar que o prazo mencionado é de

- A) 6 (seis) meses contados do deferimento da patente.
- B) 180 (cento e oitenta) dias contados da concessão da patente.
- C) 180 (cento e oitenta) dias contados do deferimento da patente.
- D) 6 (seis) meses contados da concessão da patente.
- E) a qualquer tempo, durante o período de vigência da patente.

Questão 23

A Lei nº 9279/96 estabelece a possibilidade da concessão de licença compulsória de patentes, uma vez atendidos a determinados pressupostos. Levando em conta que o Brasil, aderindo a Organização Mundial do Comércio, assumiu as obrigações constantes no Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC/TRIPS), é correto afirmar sobre a outorga de licenças compulsória de patentes que

- A) o alcance e a duração dessa licença será restrito ao objetivo para o qual foi autorizado e, no caso de tecnologia de semicondutores, será apenas para uso público não-comercial ou para remediar um procedimento determinado como sendo anticompetitivo ou desleal após um processo administrativo ou judicial e o seu uso será não-exclusivo.
- B) o alcance e a duração dessa licença será restrito ao objetivo para o qual foi autorizado e, no caso de tecnologia de semicondutores, será apenas para uso público comercial ou para remediar um procedimento determinado como sendo anticompetitivo ou desleal após um processo administrativo ou judicial e o seu uso será não-exclusivo.
- C) essa licença será transferível e o titular da patente será adequadamente remunerado nas circunstâncias de cada uso, levando-se em conta o valor econômico da autorização;
- D) a licença compulsória equivale a desapropriação de bens, razão pela qual correta a expressão “quebra de patentes”.
- E) a concessão de licença compulsória de patentes ou intitulada de “Outro Uso sem Autorização do Titular” se limita a por em termo práticas de abuso de direito econômico, sendo que, no caso de emergência nacional faz-se imprescindível que o requerente da licença compulsória tenha previamente buscado obter autorização do titular, em termos e condições comerciais razoáveis, e que esses esforços não tenham sido bem sucedidos num prazo razoável.

Questão 24

A empresa United Pictures, sediada nos Estados Unidos, requereu a proteção de sinal sonoro, como marca sonora, perante o Escritório Americano de Marcas e Patentes (USPTO). Em função da regra de prioridade, nos termos da Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, requereu a mencionada empresa a proteção desta marca, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Brasil). Em função dos fatos narrados e, levando em conta as obrigações assumidas junto à Organização Mundial do Comércio, é correto afirmar, no tocante a decisão a ser proferida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que

- A) o pedido poderá ser deferido, desde que não hajam registros anteriores e preenchidos os requisitos legais, haja vista que a lei brasileira confere proteção a marcas sonoras.
- B) apesar de a lei brasileira não conferir proteção a marcas sonoras, por se tratar de depósito decorrente de prioridade da Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, deve este ser examinado a luz do determinado pelo Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC/TRIPS).
- C) o pedido será indeferido, uma vez que a proteção do sinal sonoro, perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, se dá através de registro de modelo industrial, que consubstancia a proteção desta modalidade de signo.
- D) o pedido será indeferido uma vez que ao depositante do pedido de marcas sonoras, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, não se confere o prazo de prioridade estabelecido pela Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, estando o mesmo submetido ao princípio da novidade absoluta.
- E) o pedido será indeferido, uma vez que não preenchidos os requisitos legais, haja vista que a lei brasileira não confere proteção a marcas sonoras.

Questão 25

Com relação ao “quorum” necessário para a aprovação de fusão de Sociedade por Ações, com ações negociadas em Bolsa de Valores é correto afirmar que é necessária a aprovação

- A) de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações para deliberação sobre fusão da companhia.
- B) de acionistas que representem 2/3, no mínimo, das ações com direito a voto para deliberação sobre fusão da companhia
- C) de acionistas que representem 2/3, no mínimo, das ações para deliberação sobre fusão da companhia
- D) de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto para deliberação sobre fusão da companhia.
- E) da totalidade dos acionistas, com direito a voto para deliberação sobre fusão da companhia



Questão 26

Mariano Peixe, Maria Elizabeth Peixe e Erika Martinez Peixe resolvem constituir uma sociedade empresária, sob a forma de Sociedade por Ações, constituída por subscrição particular, em face do contido em ata de Assembléia Geral, da qual participaram os 3 acionistas fundadores. Na referida Assembléia Geral, foi aprovado o Estatuto, sendo determinado seu arquivamento perante a Junta Comercial. A Junta Comercial, ao examinar o referido Estatuto, tem por bem não arquivar o referido documento, com o conseqüente indeferimento do requerimento, por entender que não houve o encaminhamento do texto estatutário para a Comissão de Valores Mobiliários para fins de aprovação, bem como a inexistência de escritura pública de constituição da sociedade empresária conforme determina a Lei nº 6404/76. Com base nos fatos narrados, é correto afirmar o que segue:

- A) a constituição de companhia por subscrição particular depende do prévio registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários, e a constituição far-se-á através de deliberação de Assembléia Geral e escritura pública.
- B) na constituição de Sociedade por Ações, por subscrição particular, não há a necessidade de prévia aprovação do Estatuto pela Comissão de Valores Mobiliários, podendo sua constituição ser por deliberação através de Assembléia Geral e escritura pública.
- C) na constituição de Sociedade por Ações, por subscrição particular, não há a necessidade de prévia aprovação do Estatuto pela Comissão de Valores Mobiliários, podendo sua constituição ser por deliberação através de Assembléia Geral ou escritura pública.
- D) a Junta Comercial não poderia ter indeferido o requerimento, sem antes ter oportunizada a remessa da proposta de Estatuto da Sociedade por Ações para a Comissão de Valores Mobiliários, bem como a elaboração da escritura pública referente a ata da Assembléia Geral de instituição.
- E) a Junta Comercial acertou ao indeferir o requerimento, porém o fundamento deste ato está incorreto, uma vez que o encaminhamento, para fins de aprovação do Estatuto pela Comissão de Valores Mobiliários, se dá, no caso de constituição por subscrição particular, após o arquivamento, sendo entretanto obrigatória a aprovação através de Assembléia Geral e a apresentação do ato de constituição em escritura pública.

Questão 27

Em 1999, foi constituída a Aracarju Industriais S/A, tendo a mesma ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). O seu capital social é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo ele dividido em ações preferenciais, sem direito a voto, e ordinárias, sendo que as primeiras constituem 2/3 do total das ações emitidas, e as ações ordinárias constituíam 1/3 do total das ações. Em função das alterações introduzidas pela Lei nº 10303/2001, foi convocada Assembléia Geral Extraordinária, que aprovou o aumento do capital social para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), através da emissão de novas ações preferenciais, sem direito a voto, e ordinárias, mantendo-se a proporção anteriormente existente. Com relação aos fatos narrados é correto afirmar que

- A) a adoção do princípio da paridade, estabelecida pela Lei nº 10303/2001, se tornou obrigatória para todas as Sociedades por Ações.
- B) a adoção do princípio da paridade, estabelecida pela Lei nº 10303/2001, se tornou obrigatória para todas as Sociedades por Ações, que houveram por bem em aumentar o seu capital social.
- C) a proporção está incorreta, uma vez que o número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício desse direito, não pode ultrapassar 1/3 (um terço) do total das ações emitidas.
- D) a manutenção da proporção está correta, por se tratar de Sociedade por Ações constituída em momento anterior a Lei nº 10303/2001 e para a adaptação ao preceito de paridade de ações foi fixado prazo de 10 (dez) anos.
- E) a manutenção da proporção está correta, por se tratar de Sociedade por Ações constituída em momento anterior a Lei nº 10303/2001, uma vez que mantida a podiam ser emitidas ações preferenciais até a proporção de 2/3.

Questão 28

Com relação a Sociedades por Economia Mista é correto afirmar que

- A) as companhias abertas e fechadas de economia mista estão também sujeitas às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- B) a constituição de companhia de economia mista depende de prévia autorização legislativa.
- C) a companhia de economia mista somente poderá explorar os empreendimentos ou exercer as atividades aprovadas em Assembléia Geral de Acionistas.
- D) as companhias de economia mista poderão constituir Conselho de Administração, assegurado à minoria o direito de eleger um dos conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.
- E) a constituição de companhia de economia mista não depende de prévia autorização legislativa.

Questão 29

Com relação às modalidades de Sociedades Empresárias estipuladas pelo Código Civil é correto afirmar o que segue:

- A) na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditários, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditados, obrigados somente pelo valor de sua quota.
- B) na sociedade limitada obriga-se cada sócio somente pelo preço de emissão das cotas que subscrever ou adquirir, sem responsabilização solidária pela integralização do capital social.
- C) a sociedade em nome coletivo é constituída por pessoas físicas ou jurídicas, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- D) na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida por qualquer dos sócios, em nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- E) na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

Questão 30

Com relação à obrigatoriedade de deliberação em Assembléia de Sócios, no caso de Sociedades Limitadas, na forma como define o Código Civil, é correto afirmar que

- A) a deliberação em assembléia será obrigatória se o número dos sócios for superior a dez.
- B) não existe preceito no Código Civil fixando a obrigatoriedade da instituição de Assembléia de Sócios, no caso de Sociedades Limitadas.
- C) a deliberação em assembléia será obrigatória se o número dos sócios for superior a vinte.
- D) a deliberação em assembléia será obrigatória se o número dos sócios for superior a cinco.
- E) a deliberação em assembléia será obrigatória se os sócios residirem em municípios distintos.

Questão 31

Com relação ao empresário, na forma como determina o Código Civil, é correto afirmar que

- A) é facultativa a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- B) não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- C) não poderá o incapaz, mesmo que por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- D) o empresário casado não pode, sem a outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- E) a lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno e médio empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.

Questão 32

A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas na Lei nº 8.987/1995, no edital e no contrato. Desta forma podemos afirmar que

- A) os contratos não poderão prever cláusula de revisão das tarifas porque poderão, legalmente, estabelecer tarifas diferenciadas em função de características técnicas ou de custos específicos provenientes do atendimento aos distintos seguimentos de usuários.
- B) nos contratos de concessão, é proibido estabelecer cláusula de revisão, mesmo havendo a possibilidade de alteração unilateral do contrato por parte do Poder Público.
- C) os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.
- D) em razão do interesse público, o poder concedente poderá autorizar a revisão do contrato para manter o seu equilíbrio econômico-financeiro independente de cláusula impeditiva fixada no Edital.
- E) em cumprimento do princípio da função social, as regiões menos favorecidas não estarão incluídas no objeto da licitação para concessão dos serviços de energia elétrica.

Questão 33

A Lei nº 9.427/1996, que institui a ANEEL, autarquia sob regime especial, com a finalidade de

- A) regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.
- B) implementar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da energia elétrica e aproveitamento dos potenciais hidráulicos.
- C) promover nos termos da lei que a criou os mecanismos de outorga para a execução das atividades de exploração da energia elétrica.
- D) celebrar e gerir os contratos de concessão ou permissão de serviços públicos de energia elétrica.
- E) promover as licitações destinadas à contratação de concessionárias de serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão para o aproveitamento de potenciais hidráulicos.

Questão 34

No Brasil, é legalmente permitida a venda de energia elétrica por produtor independente, e poderá ser feita para, exceto,

- A) qualquer consumidor que demonstre ao poder concedente não ter o concessionário local lhe assegurado o fornecimento no prazo de até cento e oitenta dias contados da respectiva solicitação.
- B) consumidor de energia elétrica, nas condições estabelecidas nos art. 15 e 16 da lei nº 9.074/1995.
- C) consumidores de energia elétrica integrantes de complexo industrial ou comercial, aos quais o produtor independente também forneça vapor oriundo de processo de cogeração.
- D) qualquer consumidor, a preços sujeitos aos critérios gerais fixados pelo Poder Concedente, e com a sua interveniência.
- E) consumidores de energia elétrica, independentemente de tensão e carga, nas condições previamente ajustadas com o concessionário local de distribuição.

Questão 35

A lei que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, impõe que a concessionária que receber bens e instalações da União, já revertidos ou entregues à sua administração, deverá

- A) que seja antecipadamente realizado o saneamento e a auditoria do contrato para, posteriormente, requerer ao poder concedente a excepcionalidade da contratação com dispensa de licitação.
- B) requerer no prazo de seis meses, os benefícios tarifários ao poder concedente após a assunção da responsabilidade
- C) arcar com a responsabilidade pela manutenção e conservação dos mesmos e pela reposição dos bens e equipamentos, na forma do disposto no art. 6º da lei nº 8.987/1995.
- D) estabelecer em contrato cláusula resolutiva de pleno direito e sem penalidades.
- E) deverá ser submetido à apreciação dos competentes órgãos de controle externo e de fiscalização específica obrigatoriamente, depois de firmado o contrato.

Questão 36

As licitações para exploração de potenciais hidráulicos serão processadas nas modalidades de concorrência ou de leilão e as concessões serão outorgadas a título oneroso. Com base nesta regra, a legislação restringe o seguinte:

- A) nas licitações processadas para exploração de potenciais hidráulicos é permitida a declaração de inexigibilidade prevista no art. 25 da Lei nº 8.666/93.
- B) no caso de leilão, somente poderão oferecer proposta os interessados pré-qualificados, conforme definido no procedimento correspondente.
- C) para exploração de potenciais hidráulicos só será permitida a modalidade de concorrência.
- D) os interessados em explorar potenciais hidráulicos deverão apresentar a competente licença ambiental, fornecida pelo órgão competente, especificando o prazo de sua vigência de prorrogação.
- E) os acréscimos de capacidade de geração, objetivando o preço ótimo do potencial.

Questão 37

A Constituição da República Federativa do Brasil de 05-10-88, nos arts. 21, inc. XII, alínea b e 23 inc. XI, permite a execução das atividades complementares de regulação, controle e fiscalização e dos serviços e instalações de energia elétrica descentralizada pela União para os Estados e o Distrito Federal, prestados e situados no território da respectiva unidade federativa, mediante convênio de cooperação, exceto

- A) os regulamentos estabelecerão as formas de organização dos serviços administrativos que deverão ser cumpridos pelas unidades federativas.
- B) na execução das atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços, a unidade federativa observará as normas pertinentes e regulamentares federais.
- C) com as taxas de fiscalização arrecadadas nas respectivas unidades federativas será formado um fundo de sustentação ambiental; não podendo ser reivindicadas para custeio de seus serviços.
- D) os de geração de interesse do sistema elétrico interligado e os de transmissão integrante da rede básica.
- E) a execução das atividades descentralizadas não ficará sob o controle e o acompanhamento pela ANAEEEL.

Questão 38

A possibilidade de rescindir unilateralmente um contrato inexistente no direito privado, mas a Administração Pública pode rescindir os contratos administrativos por prerrogativa do regime jurídico público, por vários motivos de acordo com a Lei 8666/93, EXCETO uma, indicada abaixo:

- A) o descumprimento ou cumprimento irregular do contrato pelo particular ou ainda a lentidão do cumprimento que impossibilite a conclusão nos prazos estipulados, provada essa impossibilidade pela Administração.
- B) a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato.
- C) o desatendimento das determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- D) a paralisação da execução do contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação à Administração.
- E) a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

Questão 39

A Administração, por força da cláusula exorbitante, pode sem necessidade (em princípio) de autorização judicial, punir o contratado pelas faltas cometidas durante a execução do contrato. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

- A) multa de mora, por atraso na execução: esta sanção, aplicável cumulativamente com as demais, inclusive com a rescisão unilateral do contrato, representa uma das poucas situações em que à Administração necessita de autorização judicial, isso ocorre porque a Lei não prevê esse específico processo administrativo.
- B) prisão administrativa para o agente responsável pelo empenho ou recebimento, definida na Lei 8666/93.
- C) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A reabilitação somente pode ser requerida após dois anos da aplicação desta sanção e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes da inexecução total ou parcial do contrato.
- D) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração por quatro anos.
- E) multa em moeda estrangeira, a critério da Administração, juntamente com a Advertência, de plano, sem prévia defesa processual.

Questão 40

A Administração pode exigir garantias para a execução do contrato ao licitante vencedor que pode escolher dentre aquelas determinadas pela lei, mas ao escolher deverá constar do edital, a critério da autoridade competente, precisamente, na forma de:

- A) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- B) Cheque administrativo, autorizado pelo Ministério da Fazenda, conforme definido em contrato.
- C) Fiança locatícia, registrada no Banco Central do Brasil.
- D) Seguro-bancário, registrado na SUSEP e no IRB.
- E) Cédulas hipotecárias, que não exceda a cinco por cento do valor do contrato.